

ALIANÇA DEMOCRÁTICA

Para Fernando Henrique, Sarney foi muito duro com o PMDB

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, disse na última sexta-feira, não crer que o presidente José Sarney tenha acusado o seu partido de desprestigiar a hierarquia. "Foi uma observação do presidente, que se sentiu atingido, na verdade, pela flecha que foi disparada contra ele pelo ministro demissionário do PFL. Quem falou em falta de autoridade não foi o PMDB, foi o ministro demissionário. Eu creio que foi num momento em que o presidente confundiu os alvos", disse.

Segundo o líder pedemebista, seu partido prefere achar que foi uma irritação momentânea, porque quem estava levantando a questão de autoridade e quem disse que havia crise foi, o ex-ministro Joaquim Francisco. "O PMDB não disse nada. Aliás, essa questão de autoridade não precisa ser falada. Quem tem, exerce", observou, segundo apurou a EBN.

Para o senador Fernando Henrique, a crise da Aliança Democrática não é mo-

mentânea. "Ela", disse, "vem dessas confusões que existem, pois não se sabe o que cada partido pensa e vai fazer, mas sabe-se que todos querem cargos". Segundo ele, isso (Aliança) não vai dar certo. "Temos de mudar esse sistema de rachar o Estado, especialmente não respeitando a eleição, a vontade popular."

Segundo o senador, o que não é passageiro é que a Aliança, na sua base não se entende mais. A Aliança — afirmou — "é como aquelas tribos africanas cheias de arranhões. As pessoas estão com o corpo muito marcado e é melhor encerrar a realidade e terminada a Constituinte fazer o que se faz numa democracia, cada partido deve tomar o seu rumo".

Para Fernando Henrique, o presidente Sarney foi um pouco duro com o PMDB na entrevista. "Acho que isso deve corresponder a um momento dele. Ele mesmo, vendo na televisão o que disse, vai dizer: Puxa eu fui injusto com o PMDB."

Raphael quer que Arraes indique novo ministro

O PMDB tem o direito de indicar o novo superintendente da Sudene, disse na última sexta-feira, em Aracaju, o ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães. Ele disse que isso deve ocorrer, a exemplo do que aconteceu com o PFL em relação ao Ministério do Interior, para que seja mantido o equilíbrio de forças na Aliança Democrática.

"Certamente que a indicação do nome não significa uma imposição, pois cabe ao presidente Sarney nomear", acrescentou o ministro, que apontou o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, como o político do PMDB capaz de articular a escolha do substituto de Dorany Sampaio, segundo a Agência Globo.

Raphael de Almeida Magalhães, que esteve em Aracaju para assinar convênio com o governo do estado, observou que a nomeação do ex-governador João Alves para o Ministério do Interior deve ser entendida como um processo

natural em qualquer governo. "O cargo é de confiança e ao presidente da República cabe o direito de escolher quem deve ou não compor sua equipe".

O ministro também lamentou o pedido de demissão de Joaquim Francisco e disse que as mudanças na equipe do presidente Sarney não representam, nem de longe, nenhuma ameaça à estabilidade da Aliança Democrática, "tanto que a escolha de João Alves foi rápida e segura".

O governador de Sergipe, Antônio Carlos Valadares, não escondia seu contentamento com a escolha de João Alves. "Finalmente o homem é ministro", repetia Valadares, a todo momento. Para ele, o Nordeste tem agora no Ministério do Interior um técnico e político que conhece profundamente os problemas da região. "João Alves é um nome que agrada a todos os governadores nordestinos, e isso vai facilitar ainda mais o diálogo entre governo federal e estados".

Para Cabral, divergências na Aliança prejudicam Constituinte

por Riomar Trindade do Rio

As frequentes divergências entre as lideranças do PMDB e do PFL, em torno da disputa de cargos no governo José Sarney, como agora, no episódio da Sudene e do Ministério do Interior, poderão prejudicar, pela falta de entendimento, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. O alerta foi feito na sexta-feira, no Rio, pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, ao comentar as demissões do ministro do Interior, Joaquim Francisco Cavalcanti, e do superintendente da Sudene, Dorany Sampaio. "Sem consenso, sem entendimento, não haverá nova Constituição neste ano", enfatizou Cabral.

Cabral observou, porém, que a exoneração de um ministro deve ser avaliada pelo ângulo de uma crise conjuntural. "Não é possível que a demissão de um ministro e do superintendente da Sudene, que é uma situação que brevemente deverá estar resolvida, venha a atrapalhar a estrutura, o arcabouço, de uma nova Constituição. Os

trabalhos da Constituinte devem ser postos, observados, pelo lado estrutural", afirmou, acrescentando: "As brigas são coisas de políticos, a Constituição é para todos os brasileiros".

Bernardo Cabral salientou, entretanto, que o entendimento entre os partidos — notadamente o PMDB e o PFL, que integram a Aliança Democrática, amplamente majoritária na Constituinte — é fundamental para obter consenso em torno de questões polêmicas em debate na Constituinte. "Nenhuma facção de centro, direita ou esquerda irá interferir nos resultados da Constituinte. Mas não é bom que os partidos briguem entre si. O que se deve buscar é o consenso, o entendimento, porque nenhum grupo redigirá sozinho o texto constitucional", afirmou Cabral.

EMENDAS POPULARES E DIRETAS

O relator da Comissão de Sistematização destacou como um dos fatores mais importantes da Constituinte as emendas populares. "Elas abriram, como na Suíça e na Itália, brecha para a participação popular. Trata-se da melhor contribuição que poderia receber como relator", dis-

Interesses comuns

por Milton Wells de Canela

Os secretários de Fazenda de 21 estados e dois territórios, reunidos no fim de semana em Canela (RS), superaram os interesses regionais, para se unir em torno das propostas tributárias em análise pela Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte. Preservar o que já foi alcançado e aperfeiçoar alguns dispositivos será, a partir de agora, o principal objetivo dos estados. Essa meta deverá ser selada em reunião dos governadores nos próximos dias.

"A União está pressionando

para que sejam excluídas da Constituição algumas conquistas que podem representar o fim da tutela sobre os estados", disse o secretário da Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Hauly. "Não podemos continuar a ir a Brasília sempre de chapéu na mão", observou seu colega da Bahia, Sérgio Maurício Brito Gaudenzi. Quase cancelado à última hora em razão da reunião de governadores que seria realizada no fim de semana, no Rio de Janeiro, o encontro dos secretários de Fazenda no Rio Grande do Sul superou a expectativa do governo gaúcho.

se Cabral, acrescentando que a nova Constituição terá entre 200 e 250 artigos, porque muitos temas colocados no atual anteprojeto ficarão de fora do texto para serem regulados por legislação complementar e ordinária.

Com relação às emendas em defesa de eleições diretas em 1988, Bernardo Cabral ponderou ser imprevisível avaliar se serão ou não aprovadas em plenário. "A política é muito di-

nâmica. Talvez a emenda das diretas passe agora e mais adiante não. Tudo depende da crise conjuntural que estamos atravessando, com juro's altos, recessão à vista, renegociação da dívida. São esses componentes que decidirão se teremos eleições diretas já ou daqui a pouco", afirmou. Cabral disse ainda que o novo texto constitucional deverá ser promulgado no final de novembro ou começo de dezembro.

Impasse é na reforma agrária

por Francisca Stella Fagó de Brasília

O grande embaraço em torno de uma solução negociada na Constituinte sobre a reforma agrária está concentrado na questão da imissão imediata na posse, na possibilidade de a União tomar posse dos imóveis rurais imediatamente após o ato de desapropriação. Apesar das posições radicais dos que não aceitam, em hipótese alguma, a imissão imediata e dos que consideram essa previsão inegociável, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, está confiante no sucesso da negociação.

O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), vice-líder de Covas, estuda meticulosamente uma fórmula de consenso. A fórmula já recebeu o apoio de seto-

res de tendências opostas na Constituinte. Conta com a concordância do líder do PCB na Constituinte, deputado Roberto Freire, do vice-líder do PDT, deputado Amaury Müller, do deputado fepelista José Thomaz Nonô, e do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), representante do grupo conservador de 32 constituintes articulado pelo senador José Richa (PMDB-PR) para negociar a questão da reforma agrária com o grupo de consenso, articulado por Scalco.

O senador Severo Gomes (PMDB-SP), que foi relator da comissão da ordem econômica da Constituinte, também apóia a fórmula de Scalco, ainda não divulgada pelo deputado para não prejudicar a negociação.

Severo Gomes acredita também nas possibilida-

des de êxito da negociação em torno da fórmula proposta pelo senador Virgílio Távora (PDS-CE).

Távora defende previsão constitucional da imissão imediata na posse. Ao mesmo tempo abre ao desapropriado o direito à defesa na Justiça. Em processo de ritmo sumário, o Judiciário reviria o ato de desapropriação. Se desse ganho de causa ao desapropriado, a indenização seria paga em dinheiro e o INCRA ainda pagaria uma multa. Caso desse razão à União, a indenização seria paga em títulos da dívida agrária.

A proposta de Virgílio Távora, porém, não conseguiu apoio dentro do próprio grupo dos 32, que no seu anteprojeto reproduziu os termos do projeto do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

A proposta de Scalco, ao contrário, já conseguiu o apoio do representante do grupo dos 32. A idéia, segundo o deputado, é obter a maioria, ainda que não o consenso, pois há na Constituinte quem defenda que a Constituição não deve prever nada sobre reforma agrária. E a posição do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

CONTRA O PLEBISCITO

No Rio, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, condenou todas as propostas e idéias de se fazer um plebiscito para avaliar a nova Constituição. "Estão fazendo confusão, confundindo plebiscito com referendo. Os atuais constituintes foram eleitos com a função de redigir uma nova Constituição."